



Of.....

Rio de Janeiro, 8 de setembro de 2005

À Agência Nacional do Petróleo – ANP
Av. Rio Branco, 65/12º ao 22º andar
Rio de Janeiro - RJ

CONSULTA PÚBLICA 0873/2005

Em atendimento ao despacho 873/2005 do Diretor Geral da ANP, de 9 de agosto de 2005, encaminhamos as sugestões a seguir, com propostas de alterações nas minutas dos Regulamentos Técnicos para Realização dos Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento e para Credenciamento das Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento. Vale ressaltar que já se enviou este documento via correio eletrônico ao endereço P&D@ANP.GOV.BR conforme instruções no Web Site desta Agência.

As propostas aqui apresentadas estão baseadas no que estabelece a Lei 9.478 de 06 de agosto de 1997 e a Clausula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento dos Contratos de Concessão para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e/ou Gás Natural.

A referida Cláusula (1.2.15) determina que “Despesas Qualificadas com Pesquisa e Desenvolvimento significam despesas com atividades de Pesquisa e Desenvolvimento relativas a serviços de tecnologia relacionados à **descoberta, teste ou uso** de novos produtos, processos ou técnicas no setor de Petróleo e Gás Natural, ou à adaptação de produtos, processos ou técnicas existentes para novas circunstâncias no setor de Petróleo e Gás Natural, de acordo com o disposto no parágrafo 24.1.”

A partir desta definição, e considerando:

- a) A importância das empresas intensivas em conhecimento para o desenvolvimento científico, tecnológico, social e econômico do país, especialmente aquelas de pequeno e médio porte, cuja criação é resultante das atividades de pesquisas ;
- b) A importância dos Parques Tecnológicos e das Incubadoras de Empresas, tanto em países desenvolvidos como em economias emergentes, como instrumentos de alta relevância para o desenvolvimento regional, para a geração de empregos qualificados, para o aumento de competitividade das cadeias produtivas em que se inserem e para o incremento da arrecadação de tributos;
- c) A importância de que os investimentos realizados tenham como objetivo o fomento ao processo de inovação tecnológica dos setores de petróleo e gás natural, atingindo as etapas que vão da **descoberta ao uso** de novos produtos, processos ou técnicas no setor de Petróleo e Gás Natural,

Sugerimos, no capítulo 4 – DEFINIÇÕES, a inclusão das seguintes definições, de reconhecimento público internacional:

4.14 Parque Tecnológico

Parque Tecnológico¹ - "...é uma organização gerida por especialistas, cujo principal objetivo é aumentar a riqueza da comunidade, através da promoção da cultura de inovação e da competitividade das empresas e instituições baseadas no conhecimento que lhe estão associadas. Para alcançar estes objetivos, um Parque Tecnológico estimula e gerencia o fluxo de conhecimentos e de tecnologias entre Universidades, instituições de P&D, empresas e mercados; facilita a criação e o crescimento de empresas baseadas na inovação através da incubação e de processos de *spin-off*; e fornece outros serviços de valor agregado, bem como espaços e serviços de apoio de elevada qualidade".

¹ Definição oficial adotada pela IASP – International Association of Science Parks

4.15 Incubadora de Empresas de Base Tecnológica

Incubadora de empresas de base tecnológica é entendida como uma estrutura de suporte gerencial que estimula a criação e apóia o desenvolvimento de micro e pequenas empresas em que a tecnologia dos produtos, processos ou serviços representam alto valor agregado, disponibilizando um conjunto de atividades de formação complementar para os empreendedores, bem como outros serviços especializados nas áreas de gestão tecnológica e empresarial, podendo ter personalidade jurídica própria ou fazer parte de uma instituição, que será responsável legal pela incubadora.

No capítulo 8 sugerimos a complementação da redação do item 8.2.5.1, com o acréscimo do trecho transcrito abaixo em negrito:

8 . DESPESAS ADMITIDAS

8.2 Poderão ser admitidas, mediante autorização prévia da ANP:

8.2.5. As despesas com programas tecnológicos, conforme definido no item 4.8, para desenvolvimento e capacitação técnica de fornecedores, relacionados com as micro, pequenas e médias empresas industriais e de serviços, nacionais, conforme classificadas pela Resolução Mercosul GMC 59/98, de 8 de dezembro de 1998.

8.2.5.1 Os programas tecnológicos, a que se refere o item 8.2.5, deverão ter como objetivo a viabilização dos projetos de inovação tecnológica, preferencialmente abrangendo os fornecedores de bens e serviços localizados nas cidades ou regiões em que os produtos serão utilizados, podendo compreender: infra-estrutura laboratorial e de máquinas e equipamentos necessários à implementação de novo processo produtivo resultante das modificações tecnológicas introduzidas, **construção, reforma e melhorias de edificações e instalações de Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica e de Parques**

Tecnológicos de interesse do setor de petróleo e gás natural, desde que pertencentes a instituições credenciadas nos termos deste regulamento.

Adicionalmente, gostaríamos de encaminhar as sugestões e comentários mais pontuais, detalhados a seguir, com propostas de alterações nas minutas dos referidos Regulamentos Técnicos.

A) Sigilo e Divulgação (11)

Modificar 11.1 para -

*Todas as informações sobre conhecimentos, tecnologias, métodos e resultados gerados e/ou fornecidos pela Instituição solicitante ou credenciada, referentes a projetos/ programas de pesquisa e desenvolvimento e outros serviços tecnológicos executados por esta, **poderão ser divulgados com a autorização prévia, devidamente documentada, do Concessionário e da Instituição Credenciada. Na ausência de tal autorização, todas as informações acima referidas serão objeto de sigilo por um período de 5 (cinco) anos.***

B) Notificação de Alterações (18)

Modificar 18.1 e 18.2 para-

*18.1 As Instituições Credenciadas deverão informar à ANP sobre a ocorrência de quaisquer alterações **relevantes** relacionadas com os requisitos do credenciamento, principalmente quanto a: responsável pela Instituição e Entidade, razão social da Entidade vinculada, CNPJ, endereço, recursos humanos envolvidos com os serviços tecnológicos credenciados, escopo dos serviços tecnológicos credenciados, infraestrutura técnica (equipamentos e instalações) que afetem o escopo do credenciamento.*

18.2 As alterações devem ser notificadas à ANP no prazo máximo de 05 (cinco) dias **úteis** após sua ocorrência, sob pena de advertência por escrito.

D) Anexo A-2

Modificar o último parágrafo para-

*Declara, ainda, que os recursos arrecadados com tais serviços, **além de custear todos os aspectos da execução e gestão do serviço**, serão destinados prioritariamente para a manutenção e o desenvolvimento da infra-estrutura e de pessoal relacionados com os serviços credenciados.*

E) Anexo B, Item B-9 (Membros Avaliadores)

(COMENTÁRIO)

Será difícil manter os itens (c) e (d) na eventualidade de formação de REDES TEMÁTICAS. Com a implementação destas redes, a tendência seria que os principais pesquisadores de uma dada área (portanto, as pessoas mais indicadas para serem avaliadores) trabalhassem na mesma rede temática.

F) Anexo B-2 (Termo de confidencialidade)

Modificar item (b) para-

Tratar sigilosamente toda informação, documentada ou não, recebida ou obtida por mim no desempenho de avaliador no processo de credenciamento da Instituição



*acima mencionada e, não divulgar tais informações a qualquer pessoa ou organização, incluindo meus empregados ou contratantes, e, no futuro, não usar estas informações para obter vantagens pessoais **ou comerciais**;*

Modificar item (d) para-

*Não produzir cópias mediante qualquer forma de reprodução de quaisquer documentos, **informações ou dados** referentes aos processos de credenciamento, sem prévia autorização por escrito da ANP e da Instituição avaliada;*

Colocamo-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

Prof. Carlos David Nassi
Diretor de Tecnologia e Inovação, COPPE/UFRJ
Diretor Executivo, Fundação COPPETEC